

INDÍCIOS SOBRE A DÉCADA MINEIRA DE TEIXEIRA DE FREITAS (1920-1930)

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria

(Doutoranda FEUSP)

As estatísticas educacionais brasileiras ganharam novo fôlego na década de 1930 com a assinatura do Convênio inter-administrativo das estatísticas educacionais e conexas efetivado entre as três esferas: federal, estadual e municipal. Produzido no âmbito do projeto “A produção das estatísticas brasileiras na confluência de esforços em torno do Convênio inter-administrativo das estatísticas educacionais e conexas (1907-1945)” este ensaio busca discutir - em caráter inicial - algumas pistas sobre o referido acordo para compreender o trabalho realizado por Mário Augusto Teixeira de Freitas em Minas Gerais na década de 1920. Para isso utilizou-se alguns documentos e publicações levadas a cabo pelo estatístico que foram encontradas no levantamento realizado no Arquivo Público Mineiro e na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em Belo Horizonte.

O corpus documental analisado até o momento constitui-se de publicações oficiais do governo mineiro cujos discursos, especialmente presentes nas introduções das publicações, são feitos em tom bastante formal e protocolar. Assim a natureza da documentação é indicativa do tipo de discurso proferido, mas evidentemente deixa antever percepções pessoais sobre a atividade estatística mineira e brasileira bem como a questão da cooperação administrativa.

O texto está dividido em duas partes, em um primeiro momento traço um panorama geral sobre os modos pelos quais a organização e os acordos da estatística mineira foram sendo efetivados por Teixeira de Freitas. Neste contexto busco problematizar as relações e o apoio salutar ao delegado do recenseamento pelos dirigentes do Estado a partir de 1920. No segundo momento, e ainda de forma indiciária, procuro interrogar sobre os indícios da ideia de cooperação - base do convênio em tela no mencionado projeto – a partir dos discursos localizados em algumas obras que foram publicadas pelo Serviço Geral de Estatística de Minas Gerais na década de 1920.

1. A organização da estatística mineira por Teixeira de Freitas¹

¹ Com pequenas alterações, algumas informações deste primeiro item foram analisadas em minha dissertação de mestrado, conforme CALDEIRA - MACHADO, Sandra Maria. *Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)*.

Mário Augusto Teixeira de Freitas nomeado delegado do recenseamento de 1920 em Minas Gerais foi, aos poucos, ocupando outros espaços na administração pública mineira. O posto de delegado regional do censo possibilitou articulações várias permitindo ao cabo de seis anos dar vida real ao Serviço Geral de Estatística de Minas Gerais em 1926. Estes lugares político-sociais aos quais Freitas adentrou constituem-se em espaços privilegiados de formação (possibilitando informações) sobre sua trajetória na construção das bases para o convênio de 1931.

Para Teixeira de Freitas, Minas Gerais era palco ideal para “a criação da estatística geral de caráter regional”, pois ali “já se encontrava o meio social e administrativo bem trabalhado; e de longa data, por variadas e repetidas iniciativas de finalidade estatística”. Além disso, os dirigentes tinham consciência da “premente necessidade do surto definitivo de um serviço estadual de estatística geral” (FREITAS, 1943, p.112). Assim, Freitas ensaiou a aplicação do sistema de cooperação inter-administrativa entre as esferas federal e estadual. Tal operação se deu por meio de um acordo em 1921 (lei estadual nº. 820 de 26 de setembro) que estabeleceu que a Secção de Estatística e Cartografia da Comissão do Centenário se transformaria, posteriormente, no Serviço de Estatística Geral do Estado subordinado à Secretaria de Agricultura cujo diretor seria Teixeira de Freitas. Tal acordo foi possível pelo brilhante trabalho desempenhado na direção do censo que levou o governador Arthur da Silva Bernardes (1918-1922) a convidar Teixeira de Freitas a remodelar a organização da estatística mineira, dando-lhe toda autonomia de ação.

No minucioso e instrutivo relatório elaborado sobre o recenseamento de 1920 e finalizado em 1921, Freitas elabora um projeto de cláusulas formalizando um acordo entre a Diretoria Geral de Estatística e o governo de Minas Gerais, baseando-se no decreto federal nº 11476, de 5 de fevereiro de 1915 e na lei estadual nº 820, de 26 de setembro de 1921. A primeira cláusula do acordo para apreciação da DGE é a seguinte:

Os serviços de estatística geral no Estado de Minas Gerais, para os fins administrativos tanto da União como do Estado, ficam unificados e confiados a um único órgão, que será uma delegacia da Diretoria Geral de Estatística em Belo Horizonte, sob a denominação Delegacia de Estatística no Estado de Minas

Gerais. (O RECENSEAMENTO DE 1920 EM MINAS GERAIS, 1939, p. 56).

O apoio fundamental e obviamente interessado no conhecimento do Estado do governo de Minas animou Freitas que a partir disso formulou um acordo que embasou os serviços relacionados à estatística desenvolvidos por ele em Minas Gerais até 1926 quando foi assinado um regulamento criando o Serviço Geral de Estatística do Estado (decreto 7.311, de 21 de agosto de 1926). Nesse sentido, foi no relatório em questão que Freitas elaborou as bases de funcionamento do que seria o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais.

Para Arthur Bernardes seria conveniente “continuar o proveitoso entendimento que se estabeleceu entre a administração estadual e a DGE até a definitiva organização da estatística no Estado” (MENSAGEM, 1921, p. 82). Tal proposta foi efetivada por ocasião da comemoração do centenário da Independência, quando o então prefeito de Belo Horizonte Afonso Vaz de Mello dirigia a comissão mineira do centenário, e assim, o serviço de estatística do estado, por sugestão de Teixeira de Freitas, foi instituído como “seção de estatística e cartografia” da referida comissão. Tal implementação aproveitou-se da estrutura anteriormente montada para o recenseamento de 1920 da Delegacia Geral do Recenseamento que dispunha de um rico acervo de elementos cartográficos, estatísticos e corográficos de Minas, além de contar também com a liberação de 120 contos de réis para o início dos trabalhos (lei nº. 820, 26 de setembro de 1921).

Arthur Bernardes em 1922 remete aos acordos efetuados entre o Estado e a Repartição da DGE em Minas em que esta foi incumbida de organizar dois trabalhos “um chorographico-estatístico, e outro exclusivamente estatístico” (MENSAGEM, 1921, p.54). Trata-se do Boletim Estatístico-Corographico de Minas Gerais² e do primeiro volume do Anuário Estatístico de Minas publicado em 1921. O presidente reitera a importância dos esforços conjuntos entre a união, os estados e também os municípios para a organização do serviço de estatística em bases seguras. E adverte conclusivo:

² Esta obra não foi publicada como previa o projeto original, parte dela foi publicada com o título *Atlas Estatístico-corográfico de Minas Gerais* (FREITAS, 1943).

De outra fôrma a efficiencia de qualquer serviço de estatística entre nós será minima e a divergência de orientação e de resultados, entre uma estatística federal e outra estadual, privaria a ambas da necessaria auctoridade, em manifesto prejuízo para a própria estatística e para a administração publica em geral (MENSAGEM, 1922, p. 55).

O presidente Raul Soares (1922-1924) em mensagem ao Congresso Mineiro em 1924 faz referência à “feliz harmonia de vistas e de ação” estabelecida entre a Diretoria Geral de Estatística e o Serviço de Estatística Geral de Minas ressaltando ainda a imaturidade dos acordos com os municípios. Para ele “Se é erro deixar exclusivamente à União o encargo de organizar a estatística nacional, também o é não participarem delles, ao lado dos Estados, todos os municípios” (MENSAGEM, 1924, p.103). Por isso no 1º Congresso das Municipalidades Mineiras, ocorrido em 1923, propôs-se que cada município teria o dever de “organizar, de accordo com o Estado, com revisão annual e publicidade ampla, um serviço de estatística sobre as possibilidades industriaes do município” (*ibidem*, p.103-104).

O caráter efetivo do Serviço de Estatística Geral de Minas começa a ser desenhado ainda em 1925 quando o presidente Fernando Mello Vianna justifica a necessidade da organização provisória dada ao serviço em Minas e menciona a importância da sua regulação alicerçada numa experiência dilatada.

Venho dispensando á organização da estatística estadual o mais desvelado interesse. Considerando prudente não instituir com feição definitiva o orgam deste serviço sem prévio conhecimento de suas possibilidades e necessidades, foi organizado em caracter provisório o Serviço de Estatística Geral, subordinado á Secretaria da Agricultura, em execução da Lei nº. 820, de 26 de setembro de 1921, enquanto também se aguardava obtivesse a Directoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, autorização para firmar com o Estado, em beneficio dos objectivos communs, um accordo mais completo do que o existente. Com os frutos da experiência desejada estão hoje colhidos e de maneira muito satisfactoria, parece aconselhavel não adiar mais a definitiva organização do aparelho estatístico estadual (MENSAGEM, 1925, p. 358-359).

Mello Vianna, naquela oportunidade, preconiza a necessidade de decretar o regulamento do serviço “dentro das condições geras de cooperação que foi possível estabelecer com a Directoria Geral de Estatística” (*idem*, p.359), dando à direção do novo departamento a autonomia para acertar os detalhes da atuação com a administração federal “conforme

as circunstâncias forem indicando” (*ibidem*). Como previsto, em 1926, tem-se a aprovação do Decreto nº. 7.311 de 21 de agosto, em execução do pensamento da lei nº. 820 de 1921. O decreto mencionado regulamentou o serviço de estatística no Estado que continuou a cargo da Secretaria da Agricultura dirigida por Daniel Serapião de Carvalho³. O documento estabelecia que o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais ficaria subordinado à Secretaria da Agricultura e tinha como incumbência “promover, colligir, elaborar, coordenar e publicar toda a sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado physico demographico, economico, intellectual, moral, administrativo e politico do Estado” (art.1º).

Há que se registrar que a organização de um serviço de estatística em Minas Gerais percorreu um longo caminho até chegar ao que Freitas chama de um “meio social e administrativo bem trabalhado; e de longa data, por variadas e repetidas iniciativas de finalidade estatística”. Depois de 1892 muitas tentativas de organização dos serviços estatísticos em Minas Gerais foram realizadas, nesse processo houve mudança da seção de estatística da secretaria do interior para a secretaria de agricultura em 1903. Entretanto isso não foi suficiente e nos anos que antecederiam a década de 1920 a secretaria de agricultura realizava alguns trabalhos estatísticos vinculados somente à questão agro-pecuária e as outras estatísticas seguiam, sem sistematicidade, feitas pelas diversas secretarias. As estatísticas do ensino, por exemplo, eram feitas pela quarta seção da secretaria do interior. Em comum todas elas careciam de um programa orgânico de estatística para que os dados fossem mais confiáveis e regulares. Em 1916 Raul Soares enquanto secretário da Agricultura Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas aprovou novo regulamento para o serviço de estatística pelo decreto nº. 4351 de 27 de março de 1915.

Em 1920 quando Arthur Bernardes está à frente da presidência do Estado o recenseamento é anunciado como grande acontecimento e por isso ele garante que todas as secretarias se voltaram para fornecer informações aos funcionários da Diretoria Geral

³Foi autor do decreto n.º. 7311, criando a repartição estadual de estatística “com uma notável exposição de motivos” (FREITAS, 1943, p.124), que pode ser encontrada no jornal MINAS GERAIS, 25 de agosto de 1926. Ainda no âmbito das estatísticas, como deputado mineiro, Daniel de Carvalho elaborou e apresentou um projeto de lei (nº. 152) em 1928 ao Congresso Nacional, subscrito por outros deputados, com o intuito de racionalizar as estatísticas nacionais. O primeiro artigo da lei defendia a reforma da Diretoria Geral de Estatística que responderia pela execução dos serviços de estatística no Brasil, e tinha como um dos objetivos, a realização de acordos com os governos dos estados e dos municípios para viabilizar as estatísticas brasileiras (OLIVEIRA, 2005).

de Estatística para a efetivação e compilação das contagens. Afirma que pela primeira vez todos os números e fatos da vida econômica mineira seriam realizados *de modo sistemático*. Para Bernardes, isso seria possível devido à articulação do recenseamento geral com os levantamentos estatísticos já em curso como o censo agro-pecuário que vinha sendo realizado pela secretaria da agricultura. Arthur Bernardes encarece a significação das compilações que dariam dimensão e a possibilidade de comparação da realidade em números, concluindo que o acordo possibilitou “um perfeito entendimento, solidamente estabelecido, entre o governo do Estado e a Diretoria Geral de Estatística, em benefício do êxito do recenseamento geral e dos serviços de estatística em geral”⁴ Como resultado da *cooperação harmônica* entre as autoridades federais, estaduais e municipais Arthur Bernardes revela, em 1921 que conseguiu das autoridades censitárias trabalhos complementares como

1º, censo escolar; 2º, uma succinta indagação condições sanitárias de cada localidade; 3º, o levantamento de mappas e esboços cartographycos de cada municípios; 4º, a organização de monographias chorographicas estudando cada município sob o ponto de vista physico, econômico, social, administrativo e político. (MENSAGEM, 1921, p.81.)

Para ele a solidariedade entendida enquanto uma convergência de esforços entre as várias esferas da administração pública possibilitou estes *fructos admiraveis* elencados anteriormente. Artur Bernardes e Teixeira de Freitas participaram em 1919 do congresso de geografia e a análise de seus discursos averiguados por Gomes (2005) possibilitou verificar algumas afinações de suas ideias. O evento contou com distinta divulgação conforme percebemos na seguinte passagem: “São dignos de nota, sobretudo, os dísticos e os quadros que foram passados em todo o estado com a fita histórica do congresso de geografia de Belo Horizonte, organizada pelo Instituto Histórico por iniciativa do seu ilustre Presidente, Dr. Rodolfo Jacó. (O RECENSEAMENTO DE 1920 EM MINAS GERAIS, 1939, p.20)

Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes (2005) afirma que em 1920 teve início uma série de discursos laudatórios pronunciados que marcariam o contexto dos festejos da efeméride do centenário superando antigas desarmonias nas articulações

⁴ MINAS GERAIS. Presidente (Arthur da Silva Bernardes 1919-1922). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da 8ª. legislatura do ano de 1920. [Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920].p.84-85.

entre as três esferas de poder. Para a autora este contexto possibilitou o amadurecimento das condições políticas para empreendimentos como a retomada do programa de mapeamento e do *sempre adiado* programa estatístico do estado. Gomes argumenta que Teixeira de Freitas beneficiou-se desse clima para levar adiante um ambicioso programa estatístico que aproveitaria da operação censitária para efetivar o serviço de estatístico permanente em Minas Gerais. Isso foi possível porque ele previu as condições favoráveis especialmente no que diz respeito à *identificação com a nova geração de políticos que alcançava naquele momento os cargos mais altos da administração pública* (GOMES, 2005).

Para levar adiante o trabalho censitário, Teixeira de Freitas contou com Porfírio da Costa Camelo (um de seus delegados seccionais), Francisco Bhering (relator da carta geral do Centenário) e o secretário da Agricultura Clodomiro Augusto de Oliveira. Obteve auxílio material dos municípios, além do concurso de inúmeros engenheiros e dos vários serviços técnicos da União, do Estado, das municipalidades que elaboraram a Carta geral do centenário⁵ (O RECENSEAMENTO DE 1920 EM MINAS GERAIS, 1939).

Artur Bernardes em mensagem de 1922 argumenta que criou uma Comissão Mineira do Centenário para levar a efeito o programa oficial das comemorações do centenário. Tal comissão achou por bem elaborar uma grande carta do Estado para realçar a apresentação de Minas no grande certame do centenário. A presidência da Comissão coube à Afonso Vaz de Mello (à época prefeito de Belo Horizonte) que tinha como secretário-geral, Daniel de Carvalho.

Essa comissão passou a trabalhar em articulação com a comissão nomeada pelo Ministério da Agricultura para a organização da Exposição Internacional do Centenário, cuja liderança foi entregue a Antônio Olinto dos Santos Pires e cujo representante em Minas Gerais era outro funcionário do estado, Justino Carneiro (GOMES, 2005, p.353).

Os espaços e as funções institucionais ocupadas por Teixeira de Freitas em Minas Gerais mapeados até o momento são: delegacia regional do recenseamento, comissão do centenário e diretor (criador) do serviço geral de estatística mineiro, tendo

⁵ Em que havia indicações por meio de símbolos dos elementos de progresso nas sedes administrativas e povoados: como água, luz, esgotos, telefones, *grupos escolares*, postos de saneamento, etc., além de conter na ilustração marginal da obra, dados como produção, exportação, *frequência escolar*, extensão ferroviária, etc. (O RECENSEAMENTO DE 1920 EM MINAS GERAIS, 1939).

organizado e publicado diversas obras oficiais. Por isso estes espaços e as funções nelas exercidas devem ser compreendidos como *locus* de formação de conceitos, afinação de ideias e teses acerca da organização social, econômica, geográfica e estatística do país. Nesse sentido, estamos trabalhando com a ideia ampla de espaço não enquanto local físico, mas enquanto relações forjadas em meio cultural e político de ideias, debates e imaginário próprio da década de 1920. Assim estes espaços e as relações nele produzidas devem ser aqui entendidos enquanto problema digno de pesquisa pontual a ser realizada. Importante observar os modos e espaços de inserção de Freitas em Minas Gerais, especialmente na capital mineira na tentativa de compreender as relações ali estabelecidas, o que permite compreender porque ele tem determinadas preocupações e não outras. Realizar este trabalho exige cautela e sensibilidade para a realização do que Clarice Nunes chamou de “cartografia histórica” que pode nos oferecer uma “visão menos estereotipada das relações entre a sua atuação social [do intelectual] e a sua produção intelectual” (NUNES, 1992, p. 155).

Para tentar entender as relações estabelecidas por Teixeira de Freitas em Minas Gerais lanço mão dos nomes citados por ele em alguns documentos encontrados até o momento. Há que se mencionar que estes documentos, essencialmente compostos por palestras, discursos e introdução de publicações oficiais são elaborados em tom formal e muitas vezes elogioso, marca própria deste tipo de escrita. De qualquer modo a partir deles é possível detectar um pouco do clima e das relações (ainda que num primeiro momento pareçam ser bastante protocolares) em que Teixeira de Freitas foi recebido como delegado geral do recenseamento brasileiro de 1920.

Teixeira de Freitas, numa Conferência sobre o recenseamento lida em 13 de maio de 1920 na sede do Club Acadêmico de Belo Horizonte (e publicada pela imprensa Oficial do Estado), remete à receptividade e as diversas formas de manifestações de apoio ao recenseamento no país. Destaca ainda o “empolgante” apoio de uma “sinceridade absoluta” que recebeu do presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes que afirmou "A politica de Minas não pretende servir-se do recenseamento, mas servil-o" (RECENSEAMENTO DO CENTENÁRIO, 1920, P.23).

No que se refere às ações práticas cita os secretários do interior Afonso Pena Junior que providenciou a instalação da delegacia geral do recenseamento sem ônus para o governo federal, das finanças João Luiz Alves e Cleodomiro de Oliveira secretário da agricultura. Luiz Alves colocou à disposição a diretoria de arquivo tributário e Cleodomiro de Oliveira disponibilizou um minucioso inquérito

agropecuário. Esses secretários ainda cederam o apoio de seus funcionários para colaborar de forma direta no que fosse necessário à operação censitária. Também o prefeito de Belo Horizonte foi citado pelas providências tomadas com relação às adaptações necessárias à delegacia do recenseamento. Vaz de Mello se ofereceu para dirigir os trabalhos da comissão do recenseamento na capital mineira.

Ainda no referido discurso Teixeira de Freitas menciona também o apoio fundamental recebido da imprensa mineira e afirma que vai pessoalmente ao encontro do bispo D. Joaquim Silvério para solicitar apoio da igreja na difusão da campanha censitária.

Este item deverá ser melhor desenvolvido na sequência da pesquisa.

2. Rastros da ideia da colaboração entre as três esferas administrativas

Na obra “O Estado de Minas Geraes - Factos e numeros coordenados para a Carta Commemorativa do 1º Centenario da Independencia Nacional”⁶ de 1923, Daniel de Carvalho, secretário da agricultura - pasta à qual estava ligado o recém-inaugurado Serviço Geral de Estatística Mineiro - indica que a natureza do trabalho em conjunto com diversas instâncias administrativas que, anos depois, compõe o Convênio existia também no governo mineiro de Raul Soares⁷. “Coordenada a actividade da União com a do Estado e a deste com a dos municipios, claro é que seriam muito mais vantajosamente utilizados recursos que hoje se dispersam com o reduzido proveito.” (Raul Soares - Plataforma presidencial, *apud* O ESTADO DE MINAS GERAES, p.5).

A obra “O Estado de Minas Geraes” é oferecida pelo governo mineiro ao 1º congresso das municipalidades mineiras, ocorrido em 1923. Com esta obra, o governo mineiro deseja fechar a era do empirismo e “inaugurar uma nova phase, de soluções positivas aos problemas fundamentaes da nossa terra” e assim “revigorar e systematizar a acção dos poderes publicos em prol da grandeza de Minas” (O ESTADO DE MINAS GERAES, 1923, p.6). De fato Teixeira de Freitas afirma que os dados estatísticos

⁶ “dá o balanço da situação geral do Estado, expresso em algarismos obtidos por meio de rigorosos processos estatísticos” (O ESTADO DE MINAS GERAES, p.5).

⁷ Foi Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira entre os anos de 1914 a 1918, época em que a seção de estatística pertencia a esta secretaria. Em seguida, tornou-se presidente entre os anos de 1922 a 1924, vindo a falecer de forma prematura, Fernando Melo Viana completaria o mandato até 1926.

utilizados na citada publicação foram os primeiros frutos do governo mineiro de Raul Soares em relação a uma política *esclarecida* entendida enquanto cooperação entre os poderes, em que os

problemas administrativos começaram a ser encarados em *commum*, em íntima colaboração, pelas várias esferas governativas, de molde a ficarem harmonicamente atendidos, em soluções definitivas os interesses públicos, quer de carácter local ou regional, quer de feição nacional (MINAS GERAIS, 1924, p.3).

Nesse sentido, afirma Daniel de Carvalho que com a obra citada o governo busca também explicitar aos delegados das municipalidades “as vantagens do concurso harmonico das varias esferas da administração publica”. Segundo ele, houve tentativas anteriores tanto da administração federal quanto da estadual e todas foram frustrantes “não compensadores dos sacrificios feitos, nem correspondentes ás necessidades mais prementes da administração publica” (O ESTADO DE MINAS GERAES, 1923, p.6).

Diferentemente, o recurso da colaboração inter-administrativa foi utilizado no preparo daquela publicação em um período de 18 meses, “conjugaram-se os esforços e os recursos do Estado com os da União e dos Municípios, conseguindo-se o resultado admiravel de estabelecer de facto e em bases solidas, em menos de 18 mezes, a estatística geral do Estado” (*ibidem*).

Em 1925, o mesmo secretário Daniel de Carvalho ao prefaciar a obra *Atlas chorographico Municipal*, que veio a lume em 1926 reafirma a ideia da falta de vigor da estatística mineira, a despeito das necessidades e insistência da administração pública sobre o conhecimento dos fatos sociais. Entretanto, dizia ele, isso começou a mudar de seis anos para cá devido a convergência de esforços pois, “o poder publico enfrentou as dificuldades do problema com decisão mais firme e maior cópia de recursos, procurando estabelecer e manter a perfeita convergencia de esforços entre as tres esferas administrativas da nossa organização política (MINAS GERAIS, 1926, p.v). O esforço mencionado, diz respeito ao acordo do recenseamento do centenário que o governo mineiro aproveitou “como ponto de partida para os primeiros surtos systematicos da estatística entre nós” (*ibidem*). Para o secretário, com aspiração acertada o governo de Raul Soares (1922-1924) desejou a criação de um aparelho estatístico estadual como instituição permanente “cuja actividade traduzisse a coordenação dos propositos, dos esforços e dos recursos da União, do Estado e dos

Municípios, applicados ao levantamento da estatística mineira” (*ibidem*,p.v-vi). A publicação de trabalhos estatísticos e corográficos sistemáticos que vamos observar em Minas na década de 1920, após o acordo, atestam esse acerto.

Vimos até aqui que a ideia de colaboração não se restringia ao discurso de Teixeira de Freitas. Ela também perpassa os discursos dos presidentes mineiros, mas ainda não é possível afirmar de onde/por quem essa ideia originalmente foi gestada. Seria uma ideia compartilhada no meio político da década de 1920 ou essa ideia veio do plano nacional trazida por Teixeira de Freitas? Essa questão precisa ser afinada.

Segundo Teixeira de Freitas a Comissão do Centenário tinha como projeto a publicação de três documentos comemorativos como parte de um amplo programa cujo intuito era a caracterização cartográfica, estatística e corográfica de Minas Gerais. Esses documentos seriam: uma carta física e política do estado mineiro reunindo todos os elementos esparsos sobre a cartografia mineira sobre cada um dos municípios; um Boletim Estatístico Corográfico em que se estudassem os 178 municípios mineiros; um Anuário Estatístico com os dados das condições gerais de Minas em 1921. Na introdução ao primeiro Anuário de Minas Gerais - uma das primeiras obras publicadas pelo Serviço Geral de Estatística, em 1924 - Teixeira de Freitas menciona que a publicação não contém a ilustração gráfica prevista na primeira edição e nisso se difere das congêneres da Diretoria Geral de Estatística o que se deve aos “excessivos encargos cartographicos que couberam ao serviço - preparo do mappa historico de 1821, organização da grande Carta Physica e Politica de 1921 e elaboração do Atlas Municipal que deverá illustrar o Boletim Estatistico Chorographico” (MINAS, GERAIS, 1924, p. 10). Com a publicação do Anuário o diretor assegura que ela representa uma solidez de que estão dados “os alicerces da estatística mineira”. E em tom elogioso remete ao Estado central nos seguintes dizeres: “O <<senso grave de ordem>>, de que Minas parece ter o segredo, ha de inspirar a todos esses collaboradores o maior desvelo pelos trabalhos estatísticos” (*ibidem*, p.13)

Quanto á elaboração⁸ da carta física e política de Minas Freitas afirma que a organização coube à comissão do centenário. A direção dos trabalhos relativos àqueles documentos foi concedida à Teixeira de Freitas representante da Diretoria Geral de

⁸A publicação da Carta física e política de Minas Gerais se insere na construção de símbolos monumentais para a comemoração do Centenário da Independência faz parte de uma “pedagogia da nacionalidade” (GOMES, 2005) no intuito de produzir a ideia de pertencimento nacional e, portanto, de um país uno .

Estatística em Minas que dirigiu a parte administrativa e a organização dos elementos estatísticos. O topógrafo e desenhista professor José Ximenes Cesar conduziu o serviço cartográfico sendo assistido por Benedicto José dos Santos, director de Viação e Obras Publicas do Estado⁹.

Ainda que de forma indiciária há que se destacar os nomes de alguns profissionais que estiveram juntamente com Teixeira de Freitas na elaboração da Carta e que foram citados nominalmente por ele com voto particular de agradecimentos durante o discurso de abertura da Exposição Cartográfica realizada em 1923. Quanto aos aspectos técnicos destaca os colaboradores professor José Ximenes Cesar *modesto quão competente, habil e dedicado*, Dr. Benedicto José dos Santos, dr. Francisco Bhering e dr. Alvaro da Silveira. Além desses menciona os presidentes Arthur Bernardes e Raul Soares, os membros da comissão do centenário e o diretor da DGE Bulhões Carvalho. Chama a atenção a forma destacada utilizada pelo estatístico ao dirigir o agradecimento à Daniel de Carvalho “cuja honrosa confiança e decidido apoio foram-me sempre amparo decisivo”. A despeito da forma protocolar em que estes agradecimentos são feitos no discurso de solenidade estes nomes são indicativos de possíveis e diversificadas trocas nas relações profissionais (e também pessoais) estabelecidas por Teixeira de Freitas em Minas Gerais. Assim pesquisas verticais a partir de nomes como Daniel de Carvalho podem revelar detalhes sobre relações e concepções ajuizadas pelo estatístico na década mineira.

Na introdução do Atlas Estatístico, Teixeira de Freitas afirma que sua organização “teve o intuito de obviar a demora, devido ao accumulo de trabalho na Imprensa Official, da publicação da obra Boletim Estatistico Chorographico do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1926, p.VII). O Boletim comporia a terceira parte do programa de síntese cartográfica, estatística e corografica projetada pela comissão mineira do centenário. O Boletim Estatístico Corográfico de Minas Gerais foi previsto originalmente para organizar-se em cinco ou seis grossos volumes descrevendo uma desenvolvida notícia estatístico corográfica de cada município mineiro, entretanto os

⁹ A CARTA de Minas Commemorativa do Centenario. Discurso proferido pelo dr. Teixeira de Freitas em 1º de setembro de 1923, na solemnidade de abertura da Exposição Cartographica organizada no edificio do Conselho Deliberativo. 1924.

originais dessa publicação ficaram um ano na imprensa oficial e devido aos altos custos da edição o projeto foi simplificado e publicou-se apenas parte da obra com o título *Atlas Estatístico-coroográfico de Minas Gerais* (FREITAS, 1943). Gomes (2005) salienta que a obra publicada em 1926 “continha a coletânea dos 178 mapas e as respectivas tabelas estatísticas, mas as minuciosas monografias municipais, previstas no plano original, jamais foram terminadas” (p. 364).

Nas palavras introdutórias do Atlas, Teixeira de Freitas parece revelar em tom desanimador as condições às quais estavam submetidos seus trabalhos como escassez de prazo, de recursos financeiros e de pessoal, que lhe impediram realizar “um trabalho de perquirição mais calmo e mais amplo, nem mesmo um esforço de controle mais rigoroso” (MINAS GERAIS, 1926, p.vii). De qualquer maneira ele alerta que tais condicionantes se devem à falta do *dever de solidariedade dos cidadãos com os esforços da administração pública* bem como a inexistência de modos *coercitivos em matéria de prestação de informes*; o que se agravava, segundo Freitas, devido a frágil ou inexistente organização dos serviços municipais de contabilidade, registro e fiscalização, “a deficiente organização do trabalho em nosso inculto meio social; a extensão e o despovoamento do territorio difficultanado sobremodo os meios de comunicação; - eis os factores principaes da contingencia assignalada” (*ibidem*).

Outra obra produzida pelo Serviço de Estatística em 1927 foi o Album Corográfico Municipal de Minas Gerais, recentemente publicado como um estudo crítico analisado por um grupo de estudiosos da geografia mineira (avançar na análise posteriormente).

Em 1928 o serviço de Estatística publica a coletânea intitulada *Notícia estatístico-chorographica dos Municipios de Alfenas, Arassuahy, Araxá e Bello Horizonte*. A notícia de cada município parece ter sido uma publicação separada, em datas distintas, que depois foram reunidas em uma publicação única de 1928. As datas de publicação são em sua maioria de 1927 como a de Araçuaí (13 de julho de 1927); Belo Horizonte (10 de maio de 1927); Alfenas (31 de maio de 1927) e Araxá que foi em 1928. As três primeiras foram desenvolvidas pelo Serviço de Estatística Geral e publicadas inicialmente no jornal *Minas Geraes*. Cada uma delas contém um texto explicativo que resumidamente indica o objetivo da publicação que seria divulgar as principais condições dos municípios mineiros. Além disso, objetivava-se “despertar maior interesse dos governos municipaes pelos inqueritos estatisticos, e de submetter,

ao mesmo tempo, á critica dos competentes e interessados, um repositório de informações systematizadas sobre a vida local mineira.” (NOTÍCIA ESTADÍSTICO-CHOROGRAPHICA, 1928, p.3). Tal publicação era um ensaio para a organização do Boletim Estatístico-Chorographico de Minas Geraes.

Interessante observar que além do Atlas o Serviço de Estatística procurou imputar entre os municípios o desejo do conhecimento estatístico publicando as notícias de cada localidade em separado pela imprensa.

A publicação mencionada anteriormente me faz pensar na necessidade de um investimento da pesquisa na compreensão da relação de Freitas com a imprensa mineira. Inicialmente essa aproximação teve como objetivo convencer a população sobre a importância da operação censitária. Diversos recursos foram utilizados em Minas Gerais na tentativa de convencimento da importância do recenseamento, assim contou com a imprensa como uma aliada realizando “Larguíssima divulgação pela imprensa de todos os acontecimentos, ocorrências e iniciativas interessando ao recenseamento, com produção textual de conferências, discursos, entrevistas, relatórios, circulares, mensagens e comunicados” (O RECENSEAMENTO DE 1920, 1939, p.21).

Durante toda a década de 1920 Teixeira de Freitas procurou divulgar suas ideias por meio de artigos na imprensa mineira. Essa estreita relação com a imprensa iniciada por ocasião do recenseamento foi relatada por ele no relatório sobre recenseamento de 1920 como um empenho fundamental para o sucesso do recenseamento

só um esforço de propaganda multiforme, generalizado, tenaz, intenso, brilhante mesmo, capaz de ferir a atenção de todas as inteligencias e empolgar ânimos em todas as camadas sociais, poderia atenuar, senão vencer, as dificuldades sem número que pareciam vetar o êxito de qualquer empreendimento censitário no Brasil (*ibidem*, p.16).

A pesquisadora Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes (2005) avaliou a capacidade de circulação das ideias de Freitas pela imprensa como uma estratégia importante em sua trajetória profissional. Nas suas palavras:

Hábil na condução de sua trajetória profissional, Teixeira de Freitas, de imediato, tornou-se colaborador do jornal Estado de Minas, veículo no qual expunha com regularidade suas ideias políticas e projetos técnicos, quase sempre relacionados à política de gestão territorial, como a defesa do imposto territorial, de um sistema federativo adotado na escala dos estados e de uma nova divisão das unidades federativas do país. (p. 351)

Palavras finais

Apesar do convênio de 1931 tratar da padronização dos dados da educação, até o momento não é unicamente sobre os dados educacionais que a ideia de colaboração aparece relacionada. Vincula-se, ao que tudo indica, sobre as mais variadas informações dos municípios. Os repetitivos reclames das autoridades no que diz respeito à prestação de informação diversas sobre os municípios mineiros ajudam a endossar a validade dessa afirmação. Talvez a premissa de que os serviços educacionais considerados precários eram, ainda assim, os mais estabelecidos pelo Estado à época do convênio.

A continuidade da análise das obras publicadas pelo serviço Geral de Estatística mineiro, como pudemos ensaiar aqui, podem revelar num primeiro momento as relações estabelecidas por Teixeira de Freitas em Minas e, conseqüentemente, os modos como estas implicam suas concepções sobre a cooperação administrativa no que diz respeito às informações estatísticas, inclusive as educacionais.

BIBLIOGRAFIA

ANNUARIO ESTATISTICO DE MINAS GERAES Anno I 1921. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. BELLO HORIZONTE, IMPRENSA OFICIAL, 1924.

CALDEIRA - MACHADO, Sandra Maria. *Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FREITAS, M. A. Teixeira de. *A carta de Minas comemorativa do centenário: discurso*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924. p.20-21.

_____. *O recenseamento de 1920 em Minas Gerais*. Relatório apresentado ao Dr. José Luiz Sayão de Bullhões Carvalho, diretor de Estatística, pelo delegado Geral no Estado de Minas, Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Belo Horizonte: Oficinas gráficas da estatística, 1939.

_____. Os serviços estatísticos em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 13, p. 515-530, jan./mar.. 1943.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. *Mapas e Mapeamentos: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais (1890-1930)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

MINAS GERAIS. *Carta de Minas Commemorativa do Centenario*, 1924.

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro, terceira sessão ordinária da nona legislatura. Mensagem apresentada por Fernando Mello Vianna presidente do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. Disponível em: <<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro, em sua terceira sessão ordinária da oitava legislatura no anno de 1921. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1921. Disponível em: <<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro, em sua quarta sessão ordinária da oitava legislatura no anno de 1922. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922. Disponível em: <<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>.

MINAS GERAIS. Raul Soares de Moura presidente do Estado de Minas Geraes. Mensagem ao Congresso Mineiro, lida na abertura de sua segunda sessão ordinária da

nona legislatura no anno de 1924. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Atlas corográfico municipal. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1926. 2v.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Album chorographico municipal do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1927. (Estudo crítico realizado pela Fundamar em maio de 2012 está disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/>)

MINAS-GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Notícia estatístico-chorographica dos Municipios de Alfenas, Arassuahy, Araxá e Bello Horizonte*. 1928.

O ESTADO DE MINAS GERAES - *Factos e numeros coordenados para a Carta Commemorativa do 1º Centenario da Independencia Nacional*. Belo Horizonte, Imprensa Official 1923.

RECENSEAMENTO DO CENTENÁRIO. Conferencia lida em 13 de maio de 1920 na Séde do Club Academico de Bello Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1920. 29 p.